

Os jornalistas no marcelismo: transformações da classe entre 1968-74

Ana Cabrera

Centro de Investigação Media e Jornalismo

Resumo

O objectivo da comunicação é analisar a profissão dos jornalistas quanto às modificações visíveis em termos quantitativos e explicar os efeitos menos visíveis das transformações da classe num período de 14 anos, no contexto da política do final do Estado Novo.

1. Aumento do número de jornalistas entre 1960-74

O ponto de partida desta comunicação foi a construção de duas bases de dados: uma que considera os totais nacionais de jornalistas entre 1960 e 1974; outra centrada nas redacções de alguns jornais¹ que se publicavam em Portugal no período entre 1960 a 1974.

Esta última foi construída com dados provenientes de diversas fontes disponíveis no Arquivo do Sindicato dos Jornalistas (*Mapas de Salários e Quotizações, Caixas dos Processos Individuais de Jornalistas* reformados, falecidos ou que mudaram de profissão) e recenseou um total de 495 jornalistas para um universo total de 717 em 1974. Na sua concepção consideraram-se campos (nome, data de nascimento, género, data, idade e local de ingresso na profissão, habilitação literária², vencimento ordinário e extraordinário) cujo cruzamento permitia devolver um conhecimento diversificado e relacional da situação dos jornalistas no período em estudo.

As 21 entrevistas a jornalistas³ então no activo particularizaram casos específicos de alguns jornais e alargaram o conhecimento acerca de processos de trabalho, da actividade reivindicativa e das expectativas profissionais.

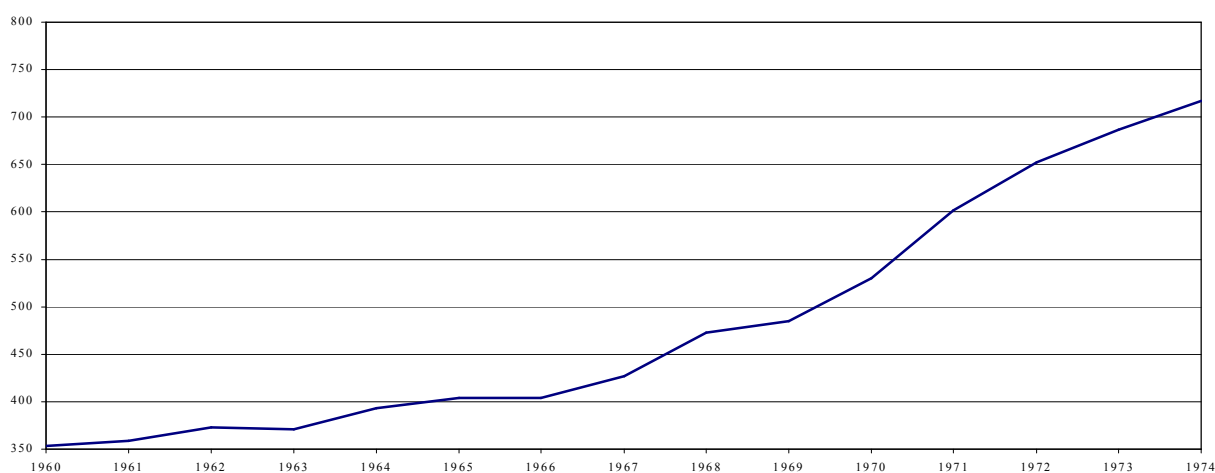
¹ Foram seleccionados os seguintes jornais diários de informação política geral: *Diário de Notícias, Diário Popular, A Capital, Diário de Lisboa, República, Diário da Manhã, Época e Expresso*.

² Para a habilitação literária foram considerados os seguintes campos: 4ª Classe, frequência do primeiro ciclo ou equivalente, primeiro ciclo ou equivalente, frequência do 2º ciclo ou equivalente, 2º ciclo ou equivalente, frequência do 3º Ciclo ou equivalente, 3º Ciclo completo, frequência do Ensino Superior e licenciatura.

³ António Pedro Ruella Ramos; José Barbosa; Francisco Pinto Balsemão; Miguel Caetano; Manuela Alves; Acácio Barradas; Rodrigues da Silva; Mário Mesquita; Figueiredo Filipe; Urbano Tavares

Como se observa no gráfico, o número de jornalistas duplicou no período entre 1960 e 1974: passou de um total de 353 no ano de 1960 para 717 em 1974, o que corresponde a um aumento de 103,1%. Enquanto entre 1960-1968 o crescimento médio anual foi de 3,9%, entre 1968-1974 o crescimento acentuou-se e subiu para 8,6% ao ano, porque o número de jornalistas aumentou de 473 para 717, o que corresponde a um aumento de 51,6% só em seis anos.

Total de Jornalistas 1960/1974



Os efeitos deste crescimento fizeram-se sentir mais nuns jornais do que noutros. Enquanto o *Diário de Notícias* apresenta sempre um crescimento moderado de 44% no período entre 1960-74 e 35,4% no período 1968-74, n' *O Século* esses valores são muito superiores 145,2% entre 60-74 e 110,2% entre 68-74, neste período o crescimento médio foi de 18,4%.

O vespertino *Diário Popular* foge um pouco a esta regra dado que o crescimento da redacção está concentrado no período entre 1960-68 com uma percentagem de 96,2 e um crescimento médio anual de 10,7 para igual período.

Já o *Diário de Lisboa* apresenta um crescimento acentuado de 100% entre 1960-74 sendo que 35,3% corresponde ao período entre 68-74. As condições específicas do *República* justificam que o crescimento da redacção esteja concentrado entre 1968-74 com uma percentagem de 337,5%. No *Jornal de Notícias* observamos um crescimento de 126,9% no período entre 1960-74 e 43,9% concentrados no período entre 1968-74.

Rodrigues; Antónia de Sousa; Fialho de Oliveira; Fernando Pires; António Joaquim dos Santos; Daniel Ricardo; José Carlos de Vasconcelos; Serra Pereira; Rogério Fernandes; António Borges Coelho; Eduarda Soutello.

Jornalistas por redacção entre 1968-74⁴

Jornal	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	Cresc. médio anual %
Diário de Notícias	48	54	54	59	62	60	65	5.9
Diário da Manhã	30	30	28					-
Época				51	46	45	36	-
Diário Popular	51	49	51	50	52	51	51	0.0
Diário de Lisboa	34	35	40	35	32	44	46	5.9
A Capital	28	31	37	50	45	48	49	12.5
República	8	9	9	9	18	25	35	56.3

Só os jornais do regime fogem a esta regra: o *Diário da Manhã* tem em 1970 o mesmo número de jornalistas que em 1960 e a *Época*⁵ que lhe sucede em 1971, diminui o número de profissionais entre 1971 e 1974: passa de 51 para 36 jornalistas.

O aumento do número de jornalistas ao longo dos anos 60 e sobretudo a concentração deste crescimento no período entre 1968-1974, deve-se principalmente a três razões: aumento do número de publicações e de agências de informação; alterações nos quadros legais que sucessivamente conferem estatuto de jornalistas⁶ a novas publicações; oferta de maior número de páginas por jornal e maior diversidade de suplementos, em resultado da cobertura de mais assuntos e temas que habitualmente não faziam parte da agenda noticiosa no período anterior a 68.

As alterações na chefia do governo, que se seguem à doença de Salazar, associadas à estratégia de informação marcelista, criam uma expectativa pública que se consubstancia na necessidade de uma maior informação por parte dos jornais. A Imprensa passa também a ter, sobretudo até 1972⁷, condições de ampliar e renovar a informação, com a publicação de novos temas nacionais e internacionais, críticas comentários e reportagens, acerca de assuntos que, até aí, não eram habituais na Imprensa.

As repercussões do aumento do número de jornalistas consubstanciam-se em três ordens de factores: baixa da média de idade; aumento do número de mulheres; elevação da

⁴ Fonte: Base de Dados total de Jornalistas 1960-74; Base de Dados Redacções dos Jornais 1960-1974

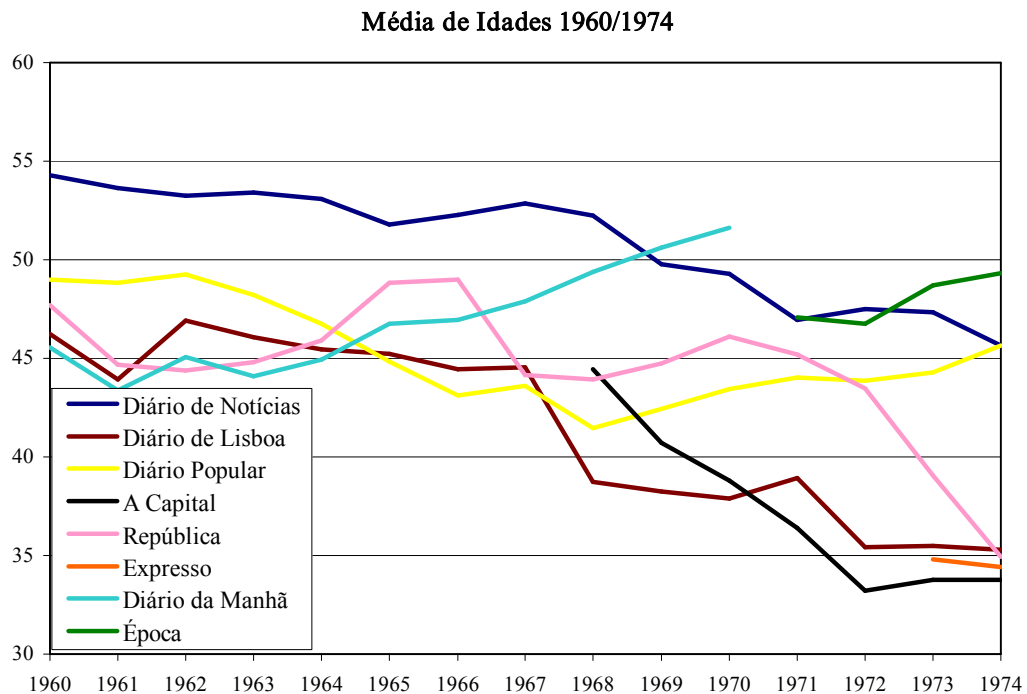
⁵ *Época* é um jornal do regime fundado em Fevereiro de 1971 que resulta da fusão das redacções do *Diário da Manhã* (órgão oficial da União Nacional) e do jornal *A Voz*.

⁶ Os indivíduos cuja profissão se desenvolve num jornal, na recolha e redacção de notícias ou de outros géneros jornalísticos como crónica, reportagem, entrevista, inquérito, não têm todos o estatuto de jornalistas. Este estatuto, regulamentado a partir de 1939, identifica como jornalista quem paga quota ao Sindicato e exerça, simultaneamente, a profissão em jornais diários ou agências noticiosas.

⁷ Altura em que entra em vigor a nova Lei de Imprensa.

habilitação literária; desenvolvimento de atitudes reivindicativas e da participação sindical da classe.

2. Diminuição da média de idades



A média de idade diminui há medida que aumenta a demanda de mais mão-de-obra. Entre 1960 e 1974, a maioria dos jornais viu a sua média de idade descer dez anos. Ainda assim este efeito faz-se sentir de forma mais rápida nuns jornais do que noutros. O *Diário de Notícias* é o jornal que parte da média de idades mais elevada, 54 em 1960, passa 52 em 1968 e desce para 46 anos em 1974. Neste jornal o recrutamento de novos jornalistas baseava-se sobretudo em seniores e a contratação de estagiários é mais intensa a partir de 1969 passando de 4, a 8 estagiários em 1974.

Pelo contrário o *Diário de Lisboa* é o jornal que parte da média de idades mais baixa 46 em 1960, e sofre uma descida acentuada a partir de 68, altura em que a média de idades passa para 39 anos e chega aos 35 em 1974. Neste jornal os novos recrutamentos foram feitos sobretudo à custa da admissão de estagiários: de 7 em 1968 passam para 14 em 1974.

O recrutamento de jornalistas teve impacto em todas as categorias profissionais mas foi sobretudo a admissão de estagiários que mais contribuiu para a descida da média de

idades. De uma forma geral enquanto a média de idades dos redactores se situava entre os 50 e os 40 anos, os repórteres entre os 30 e os quarenta anos, os estagiários situavam-se, normalmente entre os 20 e os 24 anos.

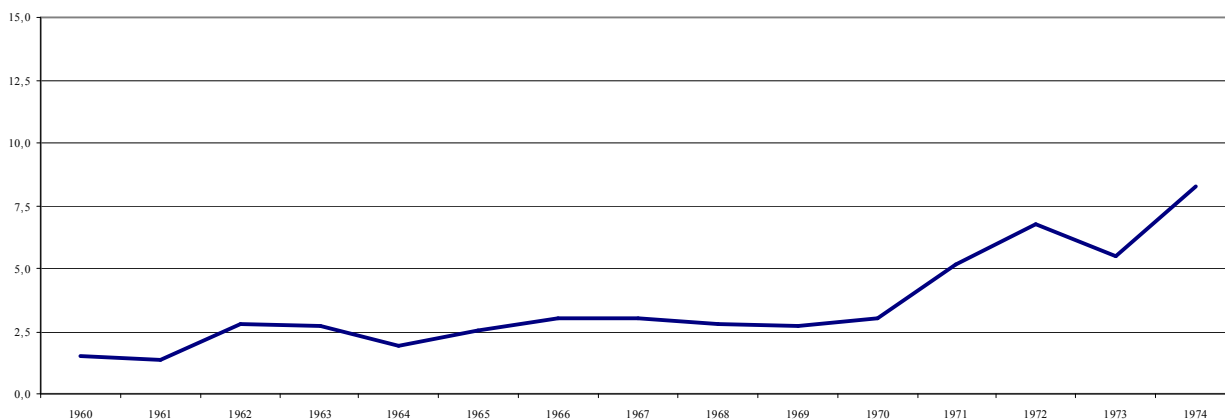
3. Aumento do número de mulheres nas redacções

A profissão de jornalista era iminentemente masculina. É no final da década de sessenta que esta situação se altera, embora de forma diferente conforme os jornais.

O gráfico revela o crescimento do género feminino nas redacções com algumas descontinuidades entre 1960 e 1964; estabilidade entre 1966 e 1970, seguido de crescimento contínuo a partir de 1972 e acelerado a partir de 1974.

Em 1960, 2 as jornalistas trabalhavam em 8 jornais de Lisboa. Em 1968 aquele número eleva-se para 6, 14 em 1971 e 26 em 1974.

% Mulheres nas Redacções 1960/1974



Neste período de 14 anos o *Diário de Notícias* tem 3. O *Diário Popular* admite a primeira jornalista em 1965 e, em 1974 emprega 3 jornalistas. Em 1966 o *Diário de Lisboa* admite a primeira jornalista mas, em 1974 já são 5 as jornalistas que fazem parte da redacção. *A Capital* é o jornal que mais mulheres contrata: de 7 em 1971, passa para 10 em 1974.

A entrada de mulheres nas redacções foi um processo lento. Na verdade, elas foram, durante muito tempo, afastadas da actividade jornalística propriamente dita e a sua entrada nas redacções contou com a oposição do sector masculino (Entrevistas a Manuela Alves e Antónia de Sousa, Acácio Barradas, Daniel Ricardo, Francisco Pinto Balsemão, Rodrigues da Silva). Por um lado, pela perturbação que causavam,

relacionada com a contenção de atitudes e de palavras a que se obrigavam os jornalistas na sua presença. Mas também pelo desconforto que a falta de hábitos de convívio entre mulheres e homens causava.

Por outro lado o jornalismo era uma profissão com horários nocturnos, sobretudo jornais nos matutinos, e sempre associada a uma certa boémia favorecida pelos mesmos horários.

O estatuto de jornalista era atractivo pelas regalias não só em termos salariais, como assistenciais. Algumas jornalistas, mesmo não trabalhando directamente nas redacções, tiveram acesso a esse estatuto em épocas anteriores aos anos 60. Mas foi de facto nos anos 60, particularmente a partir de 1968, numa conjuntura de aumento de procura de mão-de-obra mais qualificada e de uma oferta ainda restrita, que as mulheres começam a ser aceites nos jornais e se generaliza a sua actividade no trabalho de redacção. Ou seja, passa-se de um trabalho de colaboração externa, ou de localização fora da redacção, e de distribuição de trabalho centrado em assuntos tradicionalmente femininos, ou de secretariado, para uma actividade centrada na redacção com distribuição de trabalho idêntico ao do homem.

A partir de 1968, nota-se uma certa aceleração neste processo que vai conduzir a um aumento substancial de mulheres nas redacções com o 25 de Abril. O processo de feminização das redacções teve início em meados dos anos 60, acelera-se a partir de 1968 e entra num crescimento constante a partir de 1974. Partindo naturalmente do princípio de que a feminização das redacções não se restringe à entrada de mulheres nos jornais, mas associa-se, sobretudo, a uma entrada sem restrições e à igualdade de distribuição de trabalho entre homens e mulheres, já que em matéria salarial a igualdade estava à partida conquistada, porque não havia distinção salarial.

O aumento do número de mulheres por redacção e o crescimento da sua importância no conjunto do trabalho jornalístico é de tal forma significativo que a direcção do Sindicato Nacional de Jornalistas, eleita em 1969 para o triénio seguinte, tem duas jornalistas Manuela Alves e Margarida Silva Dias, as primeiras sindicalistas deste sector.

4. Alteração nas habilitações literárias

A habilitação académica dos jornalistas reflecte o estado geral da sociedade portuguesa dos anos 60 que se caracterizava por um baixo nível de escolaridade, um índice

reduzido de frequência universitária. Os jornalistas como classe profissional defrontavam-se com a enorme contradição — a de trabalharem na divulgação de assuntos e acontecimentos, através da escrita, expressão de uma forma de cultura, e de se caracterizarem, simultaneamente, por uma baixa escolaridade.

O primeiro Contrato Colectivo de Trabalho de 1951 não faz sequer menção às habilitações necessárias ao ingresso na profissão. Só o Contrato Colectivo de Trabalho de 1966 menciona, pela primeira vez, habilitações para o exercício da profissão e fixa como indispensável o 2º Ciclo dos Liceus.

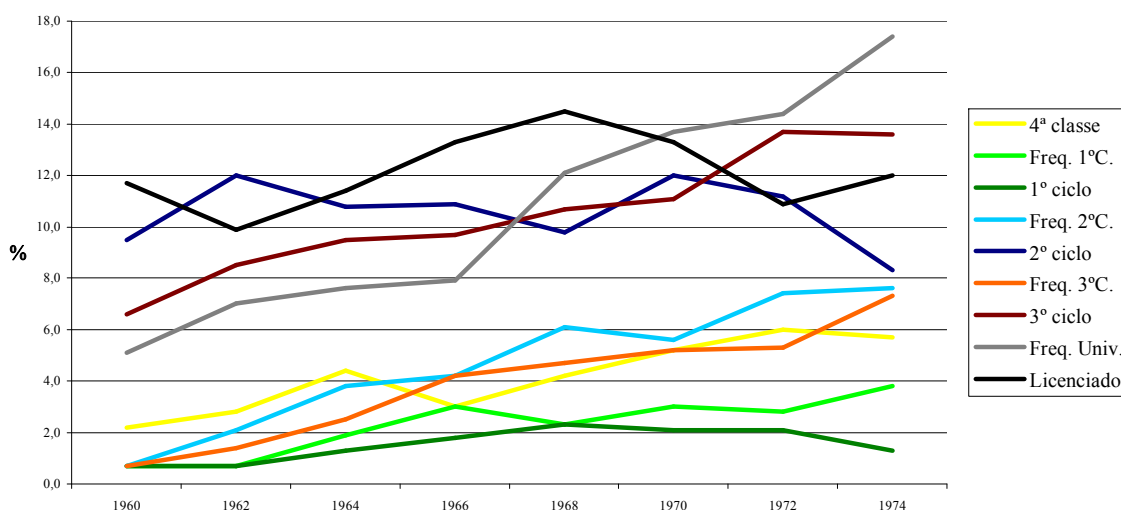
Por fim, o Contrato Colectivo de Trabalho de 1971 exige como habilitação mínima o 3º Ciclo dos Liceus, mas só para as novas admissões.

Quando o Contrato Colectivo de Trabalho de 1966 entrou em vigor a direcção do Sindicato Nacional de Jornalistas passou a ser mais rigorosa nestes pedidos de informação aos seus associados. Esta situação reflecte-se na informação que se encontra actualmente disponível. Ainda assim a enorme percentagem de profissionais com habilitação desconhecida não deixa de originar uma distorção na informação que não pode deixar de ser considerada.

Em 1960 não era conhecida a habilitação de 62% dos jornalistas. Esta percentagem é de 46,8% em 1964, 31,1% em 1968 e 22,7% em 1974. Este grupo de profissionais, cuja percentagem diminui durante a década de 60 e 70, está naturalmente associado aos mais baixos graus de escolaridade.

O gráfico demonstra que a escolaridade dos jornalistas muda entre 1960 e 1970. Neste período aumenta a contratação de jornalistas mais habilitados por imposição dos

Habilitações Académicas (1960-1974)



Contratos Colectivos de Trabalho, mas também pela necessidade de mão-de-obra mais especializada e adequada às exigências de maior qualidade na produção jornalística.

Verifica-se uma tendência para a estabilização e mesmo redução de profissionais com uma escolaridade inferior ao 2º Ciclo, que era de 14,9% em 1968 e aumenta a contratação de profissionais com o 3º ciclo completo, numa tendência lenta que ultrapassa os 10% em 1966. Neste ano, os profissionais com habilitação abaixo do 2º Ciclo são 22,9%, ao passo que os que usufruem de uma escolaridade superior ao 3º Ciclo se situam nos 35,1%. Mas, a situação mais interessante observa-se a partir de 1967, nitidamente um momento de viragem. Nessa altura constata-se uma diminuição de licenciados, que passam de 14,5% em 1968, para 12% em 1974, seguido de um claro aumento do ingresso de jovens com frequência universitária que passam de 12,1% em 1968, para 17,4% em 1974.

Foi justamente nos anos de 1968 e 1969 que a actividade reivindicativa e organizativa mais se acentuou entre os jornalistas. Durante o ano de 1968, já no contexto da governação de Marcello Caetano, mais de uma centena de jornalistas das redacções de Lisboa e do Porto organizam abaixo-assinados a favor da liberdade de imprensa e de uma nova lei que a consignasse. No ano seguinte muda a direcção do Sindicato Nacional dos Jornalistas: é eleita, pela primeira vez no Estado Novo, uma direcção de esquerda.

Esta situação está na convergência de dois factores cuja maturação coincidiu em simultâneo no tempo. O primeiro resulta da alteração da lei que regulamentava as eleições para os sindicatos⁸: o modelo de controlo do Estado sobre as estruturas sindicais baseado na homologação das direcções eleitas pela Secretaria de Estado das Corporações e Previdência Social, cede lugar a um sistema de legitimação prévia dos corpos gerentes e à recondução à via judicial de todo o contencioso eleitoral. Mas a admissão de novos jornalistas cuja frequência universitária lhe tinha proporcionado vivências no movimento associativo, desenvolvimento da capacidade crítica e organizativa, contacto com sectores da oposição e treino na contestação ao regime, confirmam o segundo factor.

⁸ Esta lei é alterada por pressão da Organização das Nações Unidas no contexto da ratificação por Portugal da Convenção 98ª da Organização Internacional do Trabalho.

Conclusão

Provenientes em grande número do meio universitário português e dos últimos anos dos liceus, os novos jornalistas participaram, foram influenciados ou tiveram um conhecimento próximo dos movimentos académicos nas universidades ou nos liceus. Sucedem-se três gerações com diferentes experiências académicas e com influências ideológicas distintas. A primeira geração é a que viveu a crise de 1961-62, a segunda a crise de 1965 e a terceira as movimentações da crise de 1969.

A consciência política da geração de 1961-62 mergulha nos efeitos da campanha das presidenciais de Humberto Delgado. É uma geração cujo centro de gravidade se situava no vasto território da oposição ao regime e que congregava em seu torno uma amálgama pouco definida do ponto de vista ideológico — católicos, republicanos, comunistas. As suas reivindicações estruturam-se em torno dos direitos de autonomia da universidade e consubstanciam-se numa série de acções públicas que abrangem as academias de Lisboa, Coimbra e também do Porto, embora com uma representação mais restrita.

No período seguinte, o movimento estudantil vive o rescaldo da repressão e dos diplomas legais que cerceavam os seus direitos e as suas perspectivas de trabalho e que tiveram como condão o alargamento da base social de apoio ao Movimento Associativo, acompanhado de um progressivo aumento da participação feminina nos movimentos académicos. Mas, no campo reivindicativo, há uma nítida inflexão de objectivos de luta que se estruturam a partir de 1964. Então passa-se das reivindicações estudantis e associativas para a contestação directa aos aspectos mais sensíveis do regime: luta contra a guerra colonial, pela liberdade e pela libertação dos presos políticos (Garrido:1996; Duarte:1997).

O regime procede, em 1965, a uma decapitação do Movimento Associativo, com sucessivas prisões e sequente envio compulsivo para a guerra de África dos estudantes presos. A luta estudantil radicaliza-se e com ela cresce a repressão e as acções policiais. A crise de 1969 surge já no contexto do marcelismo. Já tinham ocorrido em França os acontecimentos do Maio de 1968. O meio universitário está dividido em torno de uma multiplicidade de tendências políticas que vão dos comunistas aos maoístas. Esta diversidade ideológica tem efeitos nas novas reivindicações estudantis. O movimento estudantil politizou-se muito mais e radicalizou-se à esquerda. Às antigas reivindicações pela liberdade, autonomia universitária, direitos dos estudantes juntam-se agora as

palavras de ordem que põe em causa o regime no contexto da luta contra o sistema capitalista e contra os imperialismos.

Esta crise que atravessa todo o período marcelista vai ter repercussões na Imprensa no período a seguir a 1972 e mais fortemente de 1973 em diante e grande parte dos efeitos nas redacções dos jornais só vão ser visíveis no período a seguir ao 25 de Abril.

Ao longo de catorze anos vão sucessivamente ingressando na profissão jovens saídos das universidades. Uns com experiência directa no Movimento Associativo, outros que estabeleceram contactos e receberam influências dessas movimentações—todos eles unidos por um laço comum, sobretudo os homens que eram a maioria nas redacções: a guerra de África que marcava o seu horizonte de vida, a liberdade de acção, a liberdade de expressão e a contestação geral ao regime.

Não menos importante é a escolha da profissão consubstanciava também a necessidade de participar e a possibilidade de mudar a sociedade. O jornalismo era uma forma de intervenção que dava continuidade às suas experiências académicas e onde podiam aplicar os saberes acumulados na gestão dos conflitos universitários e nos jornais académicos.

Por isso, já nos finais de 1969, quando são alteradas as leis de aprovação das direcções sindicais, havia condições internas na classe dos jornalistas para preparar uma lista de esquerda. Por isso também a classe está em condições de liderar, a partir de 1969, abaixo-assinados de apoio à liberdade de Imprensa e a uma nova lei que a consubstancie. Por isso também o sindicato tem então condições para redigir uma proposta de lei de Imprensa e para desencadear uma série de acções que tornam pública as suas intenções.

Bibliografia

Arquivo do Sindicato dos Jornalistas: Dossier Lei de Imprensa 1968-72. Volume I e II; Pasta dos Contratos Colectivos de Trabalho; Caixa dos Processos Individuais de Jornalistas; Mapas de Salários e Quotizações de 1960-1974

Imprensa diária: Diário de Notícias, Diário Popular, A Capital, Diário de Lisboa, República, Diário da Manhã, Época; Expresso.

Entrevistas: Manuela Alves; Antónia de Sousa; Acácio Barradas; Daniel Ricardo; Francisco Pinto Balsemão; Rodrigues da Silva.